

André Luiz Filo-Creão  
Garcia da Fonseca

# Arrendamento rural forçado

Em busca da  
função social da terra  
em tempos de escassez

Prefácio  
Fernanda Paula Oliveira

Apresentação  
Alexandre Freitas Câmara



FORUM

André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca

## ARRENDAMENTO RURAL FORÇADO

Em busca da função social da  
terra em tempos de escassez

**Prefácio**

*Fernanda Paula Oliveira*

**Apresentação**

*Alexandre Freitas Câmara*

**Área específica**

DIREITO AGRÁRIO.

**Áreas afins**

DIREITO CONSTITUCIONAL; DIREITO  
ADMINISTRATIVO; DIREITO CIVIL.

**Público-alvo/consumidores**

ESTUDANTES DE DIREITO (GRADUAÇÃO,  
MESTRADO E DOUTORADO), ADVOGADOS,  
PROMOTORES DE JUSTIÇA E MAGISTRADOS QUE  
TENHAM INTERESSE E/OU ATUEM NO ÂMBITO  
DO DIREITO AGRÁRIO.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10003269

A presente obra trata do instituto jurídico denominado Arrendamento Rural Forçado, modalidade de intervenção do Estado na propriedade privada que visa fazer com que imóveis rurais que não cumpram com a função social da propriedade sejam compulsoriamente arrendados a trabalhadores rurais, que, mesmo sem a propriedade da terra, objetivem, com seu trabalho, torná-la produtiva, constituindo, assim, uma nova modalidade de política pública de reforma agrária, que se constitui em direito fundamental social do trabalhador rural e, por isso, deve ser objeto de atuação ativa por parte do poder público.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

F676a	Fonseca, André Luiz Filo-Creão Garcia da Arrendamento rural forçado: em busca da função social da terra em tempos de escassez / André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 376 p. ; 14,5cm x 21,5cm.  Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-364-1  1. Direito Agrário. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Administrativo. 4. Direito Civil. I. Título.	CDD: 341.3 CDU: 342.9
2022-869		

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FONSECA, André Luiz Filo-Creão Garcia da. *Arrendamento rural forçado: em busca da função social da terra em tempos de escassez*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 376 p. ISBN 978-65-5518-364-1.

**André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca** é Doutor em Direito Público pela Universidade de Coimbra – Portugal. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Especialista em Direito Agrário pelo Centro de Ensino Superior do Pará. Professor da Escola Judicial do Estado do Pará. Juiz de Direito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

PREFÁCIO	
<b>Fernanda Paula Oliveira</b> .....	15
APRESENTAÇÃO	
<b>Alexandre Freitas Câmara</b> .....	19
INTRODUÇÃO .....	23
CAPÍTULO 1	
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E A REFORMA AGRÁRIA COMO DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL DO TRABALHADOR RURAL.....	29
1.1 A dignidade da pessoa humana como fonte dos direitos fundamentais.....	29
1.1.1 Contextualização.....	29
1.1.2 Da dignidade da pessoa humana: breve percurso.....	33
1.1.3 Conteúdo da dignidade da pessoa humana e sua condição de fonte dos direitos fundamentais.....	42
1.2 Os direitos fundamentais na Constituição de um Estado Democrático e Social de Direito.....	48
1.2.1 Contextualização.....	48
1.2.2 Conceito de direitos fundamentais .....	50
1.2.3 Classificações e dimensões dos direitos fundamentais e o enquadramento do direito fundamental à reforma agrária .....	54
1.2.3.1 Classificações dos direitos fundamentais.....	54
1.2.3.1.1 Quanto ao conteúdo dos direitos .....	54
1.2.3.1.2 Quanto aos bens jurídicos correspondentes .....	57
1.2.3.1.3 Quanto à forma do exercício .....	59
1.2.3.1.4 Direitos de liberdades e direitos sociais .....	60
1.2.3.2 Dimensões dos direitos fundamentais .....	60
1.2.4 Titulares dos direitos fundamentais .....	70
1.2.5 Os direitos fundamentais na Constituição brasileira e uma breve comparação com a sistemática constitucional portuguesa .....	72
1.3 Direitos sociais como direitos fundamentais de aplicação imediata e exigíveis(?).....	79
1.3.1 Da aplicação imediata dos direitos fundamentais sociais a prestações no Brasil e em Portugal e a existência de aparente distinção do tratamento constitucional nesses países .....	79
1.3.2 Da estrutura e das obrigações estatais em sede de direitos fundamentais sociais.....	85
1.3.3 A escassez de recursos e os direitos sociais: a análise da exigibilidade dos direitos sociais ante a reserva do possível e o mínimo para uma existência condigna.....	88
1.3.4 A reforma agrária como direito fundamental social dos trabalhadores rurais .....	96
CAPÍTULO 2	
A PROPRIEDADE PRIVADA COMO DIREITO FUNDAMENTAL NO BRASIL E NO ÂMBITO DO DIREITO INTERNACIONAL.....	105
2.1 Noção e conteúdo da propriedade privada.....	105
2.1.1 Conceito e conteúdo do direito de propriedade privada .....	105
2.1.2 Objeto do direito de propriedade privada.....	110
2.1.3 Características do direito de propriedade privada.....	115

2.2	A propriedade como direito fundamental no Brasil e no âmbito do direito internacional .....	117
2.2.1	A proteção constitucional à propriedade privada como direito fundamental no Brasil.....	117
2.2.2	A propriedade como direito fundamental perante o direito internacional.....	131
2.3	Limitações e garantias constitucionais ao direito de propriedade. a intervenção do Estado na propriedade privada.	136

### CAPÍTULO 3

O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA EM PORTUGAL E NO BRASIL COMO EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL À LUZ DA TEORIA DA SOLIDARIEDADE SOCIAL .....		
3.1	A teoria da solidariedade social como fundamento do princípio da função social da propriedade .....	159
3.2	Definição da função social da propriedade .....	178
3.2.1	Considerações gerais.....	178
3.2.2	Principais Características da Função Social da Propriedade .....	180
3.2.2.1	Imprescindibilidade do exercício de atividades produtivas.....	180
3.2.2.2	Imprescindibilidade da adequada utilização dos recursos naturais.....	183
3.2.2.3	Observância das disposições reguladoras das relações de trabalho e exploração que favoreçam o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.....	186
3.3	A função social como elemento imanente e limitador do direito à propriedade rural no Brasil e em Portugal .....	190

### CAPÍTULO 4

O INSTITUTO DA REFORMA AGRÁRIA E SUA INCIDÊNCIA NO BRASIL E EM PORTUGAL .....		
4.1	Definição de reforma agrária .....	207
4.2	Principais características da reforma agrária.....	209
4.3	Métodos.....	213
4.4	A reforma agrária ao redor do mundo: breve análise.....	214
4.4.1	Reforma agrária em alguns países da Europa.....	214
4.4.1.1	Reforma agrária na Itália .....	214
4.4.1.2	Reforma agrária na Espanha.....	215
4.4.1.3	Reforma agrária na França .....	216
4.4.1.4	Reforma agrária na Rússia .....	217
4.4.2	Reforma agrária em alguns países da Ásia.....	219
4.4.2.1	Reforma agrária na China .....	219
4.4.2.2	Reforma agrária no Japão.....	221
4.4.3	Reforma agrária em alguns países da América.....	221
4.4.3.1	Reforma agrária nos Estados Unidos.....	221
4.4.3.2	Reforma agrária no México .....	222
4.4.3.3	Reforma agrária em Cuba .....	225
4.4.3.4	Reforma agrária no Peru.....	227
4.4.3.5	Reforma agrária no Chile .....	230
4.4.3.6	Reforma agrária na Colômbia.....	231
4.4.3.7	Reforma agrária na Bolívia.....	234
4.5	A reforma agrária em Portugal.....	236
4.6	A reforma agrária no Brasil.....	248

### CAPÍTULO 5

ARRENDAMENTO RURAL FORÇADO: ALTERNATIVA DE ACESSO À TERRA EM TEMPOS DE ESCASSEZ .....		
5.1	O arrendamento rural .....	267
5.2	O arrendamento rural nas legislações brasileira e portuguesa...	274
5.3	O arrendamento rural forçado por descumprimento da função social da propriedade e a necessidade de sua implantação no direito brasileiro.....	311

5.3.1	Contextualização.....	311
5.3.2	Da forma de ingresso do arrendamento rural forçado por descumprimento da função social da propriedade nas legislações, em especial no ordenamento jurídico brasileiro .....	319
5.3.3	Natureza jurídica do arrendamento rural forçado por descumprimento da função social da propriedade .....	321
5.3.4	Dos fundamentos fáticos do arrendamento rural forçado por descumprimento da função social da propriedade .....	322
5.3.5	Dos fundamentos jurídicos e requisitos legais (identificação do imóvel sujeito ao arrendamento, potenciais arrendatários, preço, duração e renovação) do arrendamento rural forçado por descumprimento da função social da propriedade.....	327
5.3.6	Dos direitos e deveres dos particulares envolvidos no arrendamento rural forçado por descumprimento da função social da propriedade.....	332
5.3.7	Das causas de exclusão do arrendamento rural forçado por descumprimento da função social da propriedade .....	333
5.3.8	Da compatibilidade do arrendamento rural forçado por descumprimento da função social da propriedade com o direito à propriedade .....	335
5.3.9	Do controle judicial da inclusão de imóvel rural como objeto de arrendamento rural forçado por descumprimento da função social da propriedade.....	337
5.3.10	Uma lei para o arrendamento rural forçado.....	338
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	347
	REFERÊNCIAS.....	353